

3.1

A trajetória de vida do líder Macuxi, tuxaua Orlando Pereira da Silva, de Uiramutã, terra indígena Raposa Serra do Sol

Stephen Grant Baines



Tuxaua Orlando em Uiramutã 21/01/2014

RESUMO

Este ensaio biográfico aborda a trajetória de vida do líder Macuxi, Orlando Pereira da Silva, tuxaua da aldeia Uiramutã, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. O Sr. Orlando foi um dos principais líderes do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e lutou pela demarcação dessa Terra Indígena em área contínua. Quando criança, em época em que a região havia sido invadida por garimpeiros que abusavam dos indígenas, ele foi vendido por seu pai para garimpeiros aos sete anos de idade e só voltaria à aldeia aos catorze anos. Aos 23 anos, se tornou tuxaua e, posteriormente, lutou pela demarcação dessa Terra Indígena, que aconteceu em 2005. Após a demarcação ser questionada por políticos, o caso foi levado ao Supremo Tribunal Federal e, finalmente, em 2009, a demarcação foi ratificada em área contínua. A vida do Sr. Orlando revela muito sobre a luta dos indígenas no Nordeste de Roraima, região ocupada pelos colonizadores desde o fim do século XVIII. Reduzidos a “caboclos”, muitos trabalhavam nas fazendas dos invasores até o surgimento do movimento indígena na década de 1970. O tuxaua Orlando é sanfoneiro e foi pajé. Sua longa convivência com garimpeiros quando menino o preparou para ser um líder interétnico, pois aprendeu a transitar entre os mundos dos indígenas e não indígenas. Assim, sua capacidade de negociar no palco interétnico o levou em muitas missões do movimento indígena à capital do Brasil em busca da demarcação da Terra Indígena.

PALAVRAS-CHAVE

Tuxaua Orlando Pereira da Silva
 Ensaio biográfico
 Movimento indígena
 Terra Indígena Raposa Serra do Sol



Conheci Orlando Pereira da Silva, líder ou tuxaua da comunidade indígena Uiramutã e uma das principais lideranças indígenas na luta pela demarcação e homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em janeiro de 2001, quando visitei essa Terra Indígena pela primeira vez.

introdução

Na ocasião, eu acompanhava uma equipe do Conselho Indígena de Roraima (CIR), que foi a Uiramutã para averiguar o início da construção do Pelotão Especial de Fronteira pelo Exército. A construção deste Pelotão em Uiramutã foi realizada sem uma consulta prévia às lideranças indígenas locais e sob um clima de intimidações e ameaças. Ela faz parte da iniciativa para ocupar as fronteiras da Amazônia com presença militar. Outra liderança principal na luta, Jacir José de Souza, então tuxaua da aldeia Maturuca e coordenador-geral do CIR entre 2001 e 2004, acompanhou a equipe e indicou o tuxaua Orlando como um dos principais interlocutores para minha pesquisa sobre o tema de Etnicidade e Nacionalidade na Fronteira Brasil-Guiana, a qual eu havia iniciado em janeiro de 2000. O Sr. Orlando recebia muitas pessoas em sua casa, em Uiramutã, TI Raposa Serra do Sol, e tinha muita experiência em hospedar desde jornalistas brasileiros (as) e estrangeiros (as), a antropólogos (as), funcionários (as) do governo, políticos (as) e membros de organizações não governamentais, ou outros.

A partir do primeiro encontro, o tuxaua Orlando foi sempre muito solícito a colaborar no meu

projeto de pesquisa e autorizou as minhas visitas à sua casa na aldeia de Uiramutã. Ele e sua família receberam-me com muito carinho, atenção e respeito, além de terem facilitado entrevistas com outros membros da comunidade de Uiramutã, interlocutores de outras comunidades indígenas da região, como Willimon, Laje, e as comunidades em volta da sede do município de Uiramutã. Em 2002, ele me acompanhou à comunidade indígena de Kanapang, no outro lado do rio Maú (Ireng), na República da Guiana, onde me apresentou a membros daquela comunidade. Na oportunidade, ele designou alguns dos seus filhos e netos para me acompanhar em visitas a outras comunidades indígenas próximas a Uiramutã.

Ao longo dos anos, tive oportunidades de realizar várias visitas a Uiramutã, nas quais o tuxaua Orlando me relatou sua história de vida e participação ao longo de mais de 30 anos na luta pela demarcação em área contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol – ora, em relatos detalhados, ora em narrações que resumiam sua trajetória. Observando meu interesse em saber sobre sua vida, o tuxaua ressaltou que não teve a

oportunidade de aprender a escrever, pois a família de garimpeiros que o criou não valorizou a educação escolar. Contudo, ele expressou, em várias ocasiões, seu interesse em que eu divulgasse, em uma publicação, sua história de vida. Por isso, minha intenção é que este artigo cumpra o desejo que o tuxaua expressou. No entanto, eu tive que selecionar trechos curtos de longas gravações e anotações feitas em um período de vários anos e resumir detalhes importantes. Apesar de considerar o tuxaua Orlando como coautor, a responsabilidade do produto final é inteiramente minha.



A INVASÃO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO INDÍGENA

Os territórios indígenas do Lavrado (savana) e Serras do Nordeste do estado de Roraima têm uma longa história de invasões por colonizadores, desde a construção do Forte São Joaquim no Rio Branco por militares portugueses em 1776-1778 (Farage, 1991; Santilli, 1994; 2001), com objetivo de impedir o avanço dos holandeses sobre a bacia amazônica. Após uma longa história de expedições de escravização (Santilli, 2002), nas primeiras décadas do século XX, os povos nativos que habitavam a região atualmente demarcada e homologada como a Terra Indígena Raposa Serra do Sol sofriram invasões de garimpeiros e pecuaristas que subordinavam os indígenas. Os antepassados dos povos que atualmente se identificam como Macuxi e Wapichana foram colonizados pelos fazendeiros que ocuparam o Lavrado e serras do Nordeste de Roraima e transformados em trabalhadores braçais de fazendas, passaram a ser considerados “cabocos” na terminologia local.

O impacto da colonização sobre esta região de fácil acesso foi muito mais forte do que sobre seus vizinhos indígenas das áreas de floresta tropical. Apesar disso, mesmo havendo sido submetidos à escravização, os Macuxi, os Wapichana e outros povos indígenas do Nordeste de Roraima continuam recriando seus próprios valores culturais, sobretudo, a partir do movimento político indígena na década de 1970, que coincidiu e se confundiu com a implantação do projeto da Igreja Católica “Uma vaca para o índio” (Repetto, 2002; Cavalcante, 2015), numa época em que sofriram as consequências nefastas de invasões de garimpeiros, que trouxeram doenças, alcoolismo e prostituição.

Paulo Santilli relata a estratégia utilizada pelos religiosos da ordem da Consolata, os quais substituíram os beneditinos que atuavam em Boa Vista entre 1922 e 1948, ano em que se retiraram do Vale do Rio Branco. A partir de então, a Prelazia foi assumida pelo Instituto Missionário da Consolata de Turim (Itália) (Vieira, 2007). Conforme Santilli (2001, p. 41), a ordem da Consolata e, em seguida, a Funai¹, adotaram estratégias “para ampliar

sua influência sobre os indígenas para minar os vínculos clientelistas que os ligavam aos regionais”. A partir de 1975, a Diocese de Roraima passou a patrocinar reuniões anuais com as lideranças indígenas locais “assembleias de tuxauas”. Criou-se um “projeto de cantinas” e, na década de 80, a Diocese,

(...) veio a implementar o assim chamado “projeto de gado”, que consistiu basicamente em angariar fundos nas regiões de origem da Ordem da Consolata, isto é, nas imediações da cidade italiana de Turim (...); os recursos, assim obtidos, foram, então, investidos na aquisição de rebanhos bovinos que passaram a ser cedidos, em sistema de rodízio por cinco anos, a cada uma das comunidades indígenas, prioritariamente na área das serras. Além de representar alternativa ao escasseamento da caça, o objetivo expresso do projeto foi promover a ocupação do lavrado perante os fazendeiros, ou seja, com a mesma visibilidade diante dos regionais e da sociedade nacional, tornando assim os próprios índios pecuaristas (...) (Santilli, 2001, p. 42-43).

Em 1984 foram criados os conselhos regionais e, como resultado disso, formou-se uma coordenação regional em Boa Vista, que se tornou o Conselho Indígena de Roraima (CIR), o qual veio a ser uma das organizações indígenas mais bem articuladas do Brasil.

O tuxaua Orlando, nascido por volta de 1945, de uma família que vive há muitas gerações em Uiramutã, descreveu suas memórias de infância como um período em que a bebida alcoólica dominava a comunidade. Seu pai, Maçaranduba, entregou o cargo de tuxaua, pois:

(...) papai bebia muito junto com os brancos. (...) todo mundo bebia, homens e mulheres (...) farinha, beiju, mandioca, feijão, acabou tudo isso na época do garimpo (...) estava perdendo a comunidade (...) As mulheres viram que estava se acabando tudo, Não tinha mais roça (...) Toda noite era festa na casa dos garimpeiros. Embebia o índio e o dia seguinte disse que você está me devendo. Ninguém sabia o preço de diamante (Entrevista com tuxaua Orlando, em 15/09/1991).

A liderança indígena contou que, aos sete anos de idade, seu pai o vendeu a um garimpeiro chamado Sodré para conseguir dinheiro para comprar cachaça. Assim, ele viveu dos sete anos de idade até a adolescência como doméstico de esta família de brancos, onde aprendeu a

¹ A Fundação Nacional dos Povos Indígenas, desde 2023, na época a Fundação Nacional do Índio.



tocar sanfona, garimpar e beber, até voltar para Uiramutã, que na época estava dominada por comerciantes e garimpeiros. “Morei quatro anos em [garimpo de] Mutum [no rio Maú]” trabalhando para o garimpeiro e sua família. Essa experiência de morar com garimpeiros deu ao tuxaua Orlando outra perspectiva sobre o mundo e, mesmo sem uma educação formal, conduziu-o, a partir da sua compreensão do mundo dos brancos a lutar, anos depois, para seu povo.

O padre Giorgio Dal Ben, italiano da Missão Consolata, morou na comunidade de Maturuca, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, desde o início da década de 1970. Esse missionário descreveu o processo de reconstrução das sociedades da região como uma iniciativa das lideranças indígenas com o apoio da Igreja, ressaltando a participação indígena neste processo: “Eles tinham fugido por causa do gado e depois voltaram (...) a bagunça era muito grande. O uso sem controle de bebida alcoólica (...) estavam à beira da autodestruição” (Entrevista com padre Giorgio Dal Ben, na sede da Missão Consolata em Boa Vista em 05/01/2002). Em fevereiro de 1972, a comunidade de Maturuca convidou o padre Giorgio a morar com eles e a trabalhar em conjunto.

No início foram os brancos de Uiramutã que nomearam Orlando Pereira da Silva como “tuxaua”, e então ele se tornou “tuxaua” e “pajé” aos vinte e três anos de idade (Entrevista com tuxaua Orlando em 14/01/2014, em Uiramutã). A partir disso, Orlando levou seus parentes para o outro lado do riacho e começou a lutar para mudar a situação de subordinação e humilhação em que se encontravam. Tuxaua Orlando agiu como pajé por mais de 30 anos, deixando de praticar em 2014, devido à idade avançada. Ele trabalhava com remédios caseiros e recebia pessoas para consultas espirituais, quando incorporava várias entidades e espíritos: do mestre Rochedo, que falava na língua Macuxi, Dr. Gustavo e Dr. Roberto, o Poraquê, uma Vovozinha Benzedeira, Flecha, Mestre Quadrado, entre outros. Em certa ocasião, recebera a visita de um mestre espiritual que residia em Manaus que outrora ele havia conhecido.

Tuxaua Orlando relatou uma lista de nomes de padres que haviam vindo antes, e acrescentou:

(...) depois vem padre Giorgio. Quando ele chegou aqui eu ainda não era tuxaua, meu pai (José Maçaranduba) era tuxaua. Depois quando peguei o cargo de tuxaua aí começamos a conversar com padre Giorgio. Ele me dizia assim, ‘Orlando, é o seguinte, o que tu dizes desta

coisa que está aqui hoje?’ Eu disse, ‘Padre, tem uma coisa que nós temos de fazer. É conversar, falar, dentro da base com todas essas reuniões grandes com todo mundo (...) com todas as lideranças, e aí fomos formando as pessoas, agentes de saúde, coordenadores, conselheiros (...) E a gente começou a batalhar. O padre Giorgio é essa pessoa, eu dou graças a Deus a ele, ele nos ajudou bastante. Fez com que a gente já acordasse, ele deu essa força (Entrevista com tuxaua Orlando, em 22/01/2014).

Em entrevista na sede da Missão Consolata em Boa Vista, padre Giorgio Dal Ben reafirmou o que o tuxaua Orlando havia me contado: de que quando chegou a Roraima, “nesta terra a bagunça era grande (...) bebedeira, bagunça, roubo (...) estavam à beira da autodestruição. E agora, um exemplo da vida comunitária. Comunidades organizadas” (Entrevista com padre Giorgio Dal Ben, em 05/01/2002). O padre afirmou que o movimento começou em Maturuca, em 1971, pois não havia mais caça, e em 1980 iniciou-se o Projeto “Uma Vaca para o Índio”, ressaltando a pecuária indígena como forma de garantir segurança alimentar, independência financeira e defesa territorial da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Ele considerava que, havia muito tempo, os indígenas daquela região já estavam trabalhando para fazendeiros e sabiam lidar com a criação de gado.

Em fevereiro de 1972 a comunidade de Maturuca me convidou para morar com eles. (...) Em abril de 1977, em uma reunião em Maturuca, houve um quarto momento a respeito da situação que esta comunidade estava vivendo e que resolveram “Não à bebida alcoólica. Sim à comunidade indígena”. E a decisão “Ou vai ou racha”. (Entrevista com padre Giorgio Dal Ben, em 05/01/2002).

Tuxaua Orlando descreveu a atuação do padre Giorgio como um acordo entre os indígenas e o padre e, mesmo que os missionários da ordem da Consolata houvessem tomado as primeiras iniciativas, os acordos

2 Decisões que, segundo o tuxaua Orlando, foram feitas a partir do diálogo entre o padre Giorgio Dal Ben e as lideranças indígenas.



Tuxaua Orlando com uma das suas filhas e três netos em Uiramutã Roraima, Jan 2007

Tuxaua Orlando com uma de suas filhas e um neto Roraima, Fev 2007



eram feitos a partir do diálogo e da colaboração com os indígenas com vistas à afirmação dos direitos destes³.

Convém ressaltar a atuação da Igreja Católica neste momento histórico. Na década de 1970, a Teologia da Libertação começou a influenciar a atuação de alguns missionários da Igreja Católica, enfatizando “a libertação dos oprimidos” e “a opção preferencial pelos pobres”. Nos anos 1980, surgiu a Teologia da Enculturação, a partir da influência do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Os missionários passaram a prestar atenção às relações interétnicas entre indígenas e não-indígenas em Roraima, marcadas por uma longa história de

exploração violenta e enormes desigualdades justificadas pelos regionais por argumentos racistas. Esta mudança na política da Igreja foi, entre outros fatores, um reflexo das decisões do Concílio Vaticano II. Alguns missionários, como o padre Giorgio Dal Ben, seguiram a “opção pela causa indígena” e defendiam os direitos indígenas e a demarcação das terras indígenas, o que entrou na pauta da Missão da Consolata em Roraima. Dom Aldo Mongiano foi escolhido pelo Papa para reger a Prelazia de Roraima em 1975 e seu episcopado foi marcado pela luta em favor dos direitos dos povos indígenas (Cunha, 2009). Em 3 de outubro de 1979, a Prelazia de Roraima foi elevada à categoria de Diocese, e dom Aldo foi empossado bispo em 4 de dezembro de 1979, cargo que ocupou até sua renúncia, por atingir a idade canônica em 26 de junho de 1996.

Na década de 1980, introduziam-se os pressupostos da Teologia da Enculturação, com uma preocupação em movimentos de identidades culturais. Os missionários passaram a agir diretamente junto às comunidades

indígenas, e não mais por intermédio dos fazendeiros e outros agentes da sociedade neocolonial. Eles tinham por intuito resgatar as singularidades culturais dos povos da região, outras formas da manifestação de Deus. Incentivavam a confecção de artesanato como um dos caminhos para o resgate cultural. Essa mudança de posicionamento de muitos padres dentro da Igreja Católica passou a incomodar profundamente a maioria dos políticos, militares e fazendeiros de Roraima que, vendo suas fazendas ameaçadas, dirigiam sua ira contra os padres, as lideranças indígenas do movimento em crescimento, e a alguns funcionários da Funai, que defendiam a demarcação de terras indígenas. Esse grupo acusava padres e lideranças indígenas de serem agitadores comunistas e uma ameaça à soberania nacional, divulgando um nacionalismo falso e informações falsas a respeito de supostos indígenas separatistas em conluio com estrangeiros que cobiçavam o território amazônico brasileiro (Baines, 2008).

Em 03 de maio de 2000, a revista Isto É publicou uma matéria intitulada “Roraima em pé de Guerra: Padre italiano é acusado de ensinar tática de guerrilha a índios de Roraima e ficar com ouro e diamante extraídos nas reservas”, ativando estereótipos veiculados por muitos políticos de Roraima. A matéria gerou reações entre os religiosos com denúncias de que a matéria na revista era mentirosa, e trechos do parecer da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (CCR/MPF) afirmaram o caráter tendencioso, leviano, preconceituoso e racista desta matéria publicada pela Isto É (cf. Araújo, 2006).

Ao longo dos anos, diversos políticos de Roraima divulgaram acusações contra o padre Giorgio, inclusive o ex-senador Mozarildo Cavalcanti, que, em seu discurso contra a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em 2007⁵, reiterou trechos da matéria da revista Isto É de 2000, afirmando que o padre “(...) ficou durante décadas treinando guerrilha com os índios, e esses passaram a fazer, a partir da presença desse padre, uma série de ações realmente de guerrilha (...)”. É importante ressaltar que o ex-senador Mozarildo Cavalcanti possui

uma fazenda no entorno dos limites estabelecidos para a Terra Indígena Serra da Moça, e se pronunciou contra a ampliação do território Wapichana, prometendo contestar judicialmente qualquer revisão de limites que incidissem sobre sua propriedade rural.

A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO TUXAUA ORLANDO PEREIRA DA SILVA

Aos poucos, o tuxaua Orlando deixou a vida dos garimpeiros em que ele havia sido socializado e passou a ser um dos principais líderes do Conselho Indígena de Roraima (CIR) que lutava para a demarcação da TI Raposa Serra do Sol em área contínua. Em termos de influência na própria família, apesar de um dos seus irmãos mais novos, José Novaes, era afiliado à Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima (SODIURR), que defendia a entrada de empresas de mineração e agropecuária e a demarcação fragmentada das terras indígenas, e, juntos, os dois irmãos se posicionavam politicamente em confronto. Tuxaua Orlando sempre conversava com este irmão no cotidiano da comunidade. Embora fosse um líder indígena afiliado ao CIR e lutador pela demarcação em área contínua, certa vez, o tuxaua Orlando comentou que ele não se interessava muito em política partidária. Contou-me, em uma das visitas que lhe fiz, que um primo dele que se tornara prefeito de Normandia havia se corrompido ao entrar em acordo com políticos anti-indígenas e que ele havia conversado duro com este primo. Tuxaua Orlando me contou das ameaças do Exército na época da construção do 6º Pelotão Especial de Fronteira e como os indígenas resistiram, revezando a vigilância da comunidade indígena.

Nesse sentido, tuxaua Orlando sempre optava para o diálogo e evitava o confronto, reunindo a família, a comunidade e outros tuxauas da região das Serras, que decidiram permitir a entrada da equipe de topografia do Exército, desde que acompanhada pelos indígenas e funcionários da Funai. A comunidade indígena de Uiramutã, orientada pelo tuxaua Orlando, decidiu construir casas na cabeceira da pista de pouso construída na comunidade para exigir seus direitos e não ser intimidada pela Prefeitura não indígena de Uiramutã e nem pelo Exército. Apesar de intimidações por parte desta última instituição, que fez voos rasantes de helicóptero sobre a comunidade indígena e operações militares na área



Tuxaua Orlando com duas de suas filhas e dois funcionários da SESAI que estavam de passagem em Uiramutã

4 Publicada em Isto É, 03/05/2000. Disponível em: https://istoe.com.br/36683_RORAIMA+EM+PE+DE+GUERRA/. Acesso em: 28 set. /2023.

5 Pronunciamento de Mozarildo Cavalcanti do PTB de Roraima em 05/07/2007, discurso durante a 106ª Sessão Deliberativa Ordinária, no Senado Federal. A homologação, pelo Presidente da República, da Reserva Indígena Raposa/Serra do Sol. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/pr/pronunciamento/369160>.

sem prévia consulta às lideranças da localidade, tuxaua Orlando continuou a liderar a resistência não violenta.

Quando o governo de Roraima criou, pela Lei nº 098, de 17 de outubro de 1995, o município de Uiramutã, com o intuito de impedir a demarcação desta Terra Indígena em área contínua, a situação parecia difícil para os povos nativos. Após alguns anos, tuxaua Orlando explicou que, junto com outras lideranças, planejou uma nova estratégia para enfrentar a criação deste município novo, de eleger indígenas para os cargos de prefeito e assim indenizar o município. Com base em dados do Censo Nacional de 2010 (IBGE, 2012), o município de Uiramutã tinha uma maioria indígena de 88.1%⁶. No Censo Nacional de 2022, a população, que se autodeclara indígena no município de Uiramutã, aumentou para 96,60%⁷ do total, sendo o município do Brasil com a maior população indígena proporcional. Em 2022, dos 13.751 habitantes, 13.283 são indígenas, enquanto para o estado de Roraima, nesse mesmo ano, obteve a estatística de população indígena em 15,29% da população total.

APÓS A DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DE 2009, QUE RATIFICOU A HOMOLOGAÇÃO DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL, EM ÁREA CONTÍNUA

Em entrevista realizada em fevereiro de 2014 com o tuxaua Orlando, em Uiramutã, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, após eu tê-lo indagado sobre as matérias jornalísticas divulgadas nos jornais de Roraima que apresentam uma visão pejorativa sobre a decisão do STF em manter a demarcação de essa Terra Indígena em área contínua, e sabendo que as matérias jornalísticas alegam que os indígenas estão passando fome, rotulando as terras indígenas como improdutivas e como empecilhos para o desenvolvimento de Roraima e o Brasil, assim

exclamou: “(...) me fico rindo da arrumação desse pessoal. Só para eles!”.

Tuxaua Orlando me contou a longa história de invasões e ocupações do território indígena por fazendeiros e garimpeiros que expulsaram muitos indígenas das suas terras tradicionais na primeira metade do século XX. Relatou que, em 1927, o então General do Exército Cândido Mariano da Silva Rondon, em sua inspeção de fronteiras nas confluências dos rios Maú, Cotingo e Surumu, declarou que as terras eram indígenas. Narrou, também, sobre o início da organização do movimento indígena a partir dos anos 1970 e a longa luta de reivindicações para a demarcação da Terra Indígena, que resultou na demarcação e homologação em área contínua e a retirada dos invasores. Assim sendo, explicou, finalmente, que os povos indígenas têm condições de reconstruir suas vidas sem as ameaças e violências cometidas pelos invasores. Tuxaua Orlando afirmou que, em fevereiro de 2014, após a decisão do STF de 1999 e a retirada dos invasores, a produção estava crescendo muito rapidamente e se estimava ter, naquele ano, cerca de cinquenta e seis mil cabeças de gado na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, com ênfase em produzir para suprir as comunidades indígenas de crescente população, e não exportar carne para fora.

Em Roraima existem trinta e duas Terras Indígenas, das quais vinte e nove são localizadas no Lavrado. Dessas vinte e nove, apenas três têm grandes extensões e podem ser consideradas Terras Indígenas demarcadas em áreas contínuas: Raposa Serra do Sol (1.747.464 ha), São Marcos (654.110 ha) e Jacamim (193.493 ha), que atendem às necessidades das suas populações nativas. Todas as outras terras indígenas na região de savana natural são fragmentadas e espremidas entre fazendas e vilas, com a maioria tendo áreas de menos de 11.000 hectares, excluindo-se extensões territoriais que eram de uso tradicional para caça, acesso a recursos naturais, e de significância cultural.

Tuxaua Orlando, além de reforçar a conquista do movimento indígena em Roraima com a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, está muito atento para as tentativas contínuas por parte da maioria dos políticos de Roraima aliados a grandes empresas, e até alguns ministros do STF, para tentar sabotar a demarcação, buscando impor mudanças na legislação, emendas constitucionais, e se empenhando em aliciar lideranças a entrar em acordos desmedidamente desiguais com empresas de mineração, agronegócio, instalação de campos

eólicos, hidrelétricas etc. Essa pressão cresceu ainda mais durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), com sua perspectiva integracionista, etnocêntrica, racista e genocida em relação aos povos indígenas, e com a volta das práticas e dos discursos de autoridades do governo brasileiro que estiveram fortemente presentes nos tempos da ditadura militar (1964-1985) e que haviam sido quase que completamente superados após a Constituição de 1988. Mesmo assim, diferente do período da ditadura militar, o movimento indígena estava consolidado e as estratégias do governo encontraram forte resistência por parte de organizações indígenas, como a Articulação de Povos Indígenas do Brasil (APIB), com sua equipe de indígenas advogados, organização à qual o CIR está estreitamente articulado.

TUXAUA ORLANDO: UM LÍDER FIRME DO MOVIMENTO INDÍGENA E AO MESMO TEMPO COMPASSIVO E TERNO

O tuxaua Orlando aprendeu a ser duro na luta indígena para efetivar seus direitos constitucionais e internacionais, entretanto, sem jamais perder a ternura na sua maneira de ser. Ele recebia todo tipo de pessoa em sua casa em Uiramutã, sem discriminar por etnia, religião, nacionalidade, partido político ou associação indígena, mesmo em momentos quando as disputas políticas eram acirradas em torno do futuro da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Ao viver próximo à fronteira entre o Brasil e a Guiana, o tuxaua havia crescido em um ambiente do encontro antigo de diversas culturas indígenas e não indígenas onde um fluxo de pessoas de diversas origens transitava. Apesar de ser filiado ao CIR, o tuxaua Orlando conversava com parentes que se associavam a outras organizações indígenas, expressava suas opiniões e escutava as opiniões de outros, mesmo divergentes. Cuidava da sua numerosa família de filhos, netos e bisnetos com muito carinho e atenção, revelando também amor aos animais de estimação.

Para dar um exemplo da sensibilidade do tuxaua, relato um caso que ele me narrou em uma visita a Uiramutã, em janeiro de 2014. O Sr. Orlando me contou que estava cuidando de um bezerro que havia sido machucado por alguns jovens que o maltratou. Quando o tuxaua soube que o bezerro havia sido machucado, mandou trazê-lo para sua casa e passou a cuidar dele

no quintal. O tuxaua relatou que ele, junto com alguns dos seus filhos e netos, que viviam no agrupamento de casas que constituía sua parentela mais próxima, estavam cuidando do bezerro como xerimbabo⁸. Com isso, o bezerro respondia ao carinho se aproximando mais da casa do tuxaua. Ele se tornou manso e, aos poucos, ficou bom e voltou a andar mesmo com defeito na pata. O tuxaua anunciou, então, que ele não iria para o abate, o destino comum dos outros bezerros, mas que ficaria no seu quintal. Entretanto, recentemente, alguém o roubou de madrugada. Um grupo de indígenas guianenses que moram em um local além da comunidade de Kurukabaru informaram que uma pessoa o vendeu para eles em Uiramutã e que eles o levaram a pé durante a noite inteira para dentro da República da Guiana.

Ao saber do roubo do bezerro, um genro do tuxaua Orlando foi logo atrás de motocicleta para tentar recuperar o animal. Após andar poucas horas, ele encontrou os guianenses próximos a Kurukabaru, entretanto, quando o genro do tuxaua Orlando os alcançou, já era tarde demais, pois haviam acabado de matar e esquartejar o bezerro e estavam comendo a carne e secando-a ao sol. Um parente do tuxaua que estava próximo na sua casa, escutando o relato interveio: “Lá na Guiana querem para comer, não para criar”, referindo-se às condições precárias de vida no lado guianense da fronteira. O genro voltou para Uiramutã e relatou o ocorrido e o tuxaua Orlando cobrou uma indenização, acrescentando que quem roubou o bezerro era um guianense que estava morando próximo à casa dele. O guianense, pego em flagrante, não podia negar o roubo do bezerro e a palavra correu pela região. Logo havia sido acertado um valor de indenização e o tuxaua estava confiante que o culpado pagaria, pois sua autoridade é profundamente respeitada em toda a região, não só no Brasil, mas também no lado guianense da fronteira.

6 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Censo Nacional de 2010. Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

7 “Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas”, publicado em 07/08/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas>. Acesso em: 20 set. 2023.

Tuxaua Orlando em frente à sua casa em Uiramutã Roraima, Jan 2007





considerações finais

A trajetória biográfica e o percurso militante de Tuxaua Orlando Pereira da Silva constituem-se um exemplo das tantas histórias de liderança indígena que foram e são sumárias para o protagonismo indígena em Roraima e no Brasil. Hoje, seu papel é assumido por lideranças mais jovens. Entretanto, como foi uma forte liderança, ele continua sendo uma inspiração e personagem de referência para as gerações mais novas, sendo altamente respeitado por indígenas e não indígenas de todas as gerações, em todo o território. Após ter dedicado décadas da sua vida trabalhando na consolidação do movimento indígena em Roraima na luta pelos direitos territoriais e para o enfrentamento a adversários – fazendeiros, garimpeiros, militares, políticos desenvolvimentistas do estado de Roraima e grandes empresas – Tuxaua Orlando desempenhou e desempenha um papel fundamental na formação e sustentação do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e uma base política para atuação indígena na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.



referências bibliográficas

ARAÚJO, Melvina. Do corpo à Alma: missionários da Consolata e índios Macuxi em Roraima. São Paulo: Associação Editorial Humanities: Fapesp, 2006.

BAINES, Stephen Grant. A Terra Indígena Raposa Serra do Sol e a questão da soberania nacional. In: C & D, Constituição e Democracia: Raposa Serra do Sol: demarcação em perigo. Brasília, Distrito federal: UnB – SindjusDF, 2008, p. 14-15.

CAVALCANTE, Ronalson Moura. Projeto: “Uma vaca para o Índio”: perspectiva social na prática diocesana (Roraima 1970 – 1996). 2015.148f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2015.

CUNHA, Marcos Maciel Lima. Centro de Documentação Indígena dos Missionários da Consolata: o processo de construção de um espaço memorial para os povos indígenas de Roraima. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, 2019.

FARAGE, Nádia. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os indígenas no Censo Demográfico: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

REPETTO, Maxim. Roteiro de uma etnografia colaborativa: as organizações indígenas e a construção de uma educação diferenciada em Roraima, Brasil. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

SANTILLI, Paulo. Fronteiras da República: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco. São Paulo: NHIUSP; FAPESP, 1994.

SANTILLI, Paulo. Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflito. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001.

SANTILLI, Paulo. Trabalho escravo e brancos canibais: uma narrativa histórica Macuxi. In: ALBERT, Bruce;

RAMOS, Alcida Rita (Orgs.) Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p.487-503.

VIEIRA, Jaci Guilherme. Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980. Boa Vista: EDUFRR, 2007.